

A OPERACIONALIZAÇÃO DO NOSSA VÁRZEA NO ESTADO DO PARÁ

Amanda Cristina Oliveira Gonçalves¹

Andrei Cornetta²

Fábio Alves³

Leonard Jeferson Grala Barbosa⁴

1 INTRODUÇÃO

Durante o processo de implementação do Projeto Nossa Várzea, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU)⁵ busca informar aos ribeirinhos, geralmente via reuniões ou conversas com suas lideranças, os objetivos e benefícios trazidos pela referida política pública. Para compreender o desenvolvimento do diálogo e entendimento entre as partes, elencam-se as seguintes etapas do processo de constituição da política pública: *i)* planejamento; *ii)* audiência pública/reunião comunitária; *iii)* pré-cadastramento das famílias a serem contempladas; *iv)* efetivação do cadastro com a visita dos técnicos até a casa da família; e *v)* emissão e entrega do Termo de Autorização de Uso Sustentável (Taus). Foram identificadas dificuldades de comunicação entre as partes e dificuldades de execução⁶ decorrentes de fatores internos e externos ao projeto. Elencam-se, assim, como principais fatores internos.

- 1) Reduzida equipe técnica.
- 2) Tempo limitado para cada uma das atividades desenvolvidas para emissão de Taus.
- 3) Inexistência de um programa de qualificação profissional voltado principalmente para questões jurídicas e de manuseio de ferramentas de georreferenciamento e processamento de dados.

1. Professora de geografia na Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, Belém-PA.

2. Pesquisador vinculado ao laboratório de geografia agrária da Universidade de São Paulo (USP).

3. Especialista em políticas públicas e gestão governamental em exercício no Ipea.

4. Historiador graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

5. "Reunião com o prefeito municipal, incluindo o secretário de agricultura e demais secretários inseridos no contexto; com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, colônias de pescadores e demais representantes da sociedade civil organizada para aproximação de forma pacífica com a comunidade. A apresentação do trabalho aos líderes é essencial para garantir a informação e a confiança dos moradores" (Relatório da 1ª Oficina de Capacitação do Projeto Nossa Várzea, SPU: Brasília, 2009, p. 10.).

6. Algumas situações que ainda figuram como problemas e limitações para a implementação e efetivação da política do Nossa Várzea já haviam sido apontados por membros da 1ª oficina de capacitação em 2009.

- 4) Inexistência de uma rotina de acompanhamento nas comunidades a fim de consolidar o Taus concedido.
- 5) Dificuldade de integração entre órgãos federais, estaduais e municipais para implementação e gestão das áreas – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), secretarias municipais etc.
- 6) Falta de divulgação do Projeto Nossa Várzea em meios institucionais responsáveis pela efetivação do projeto (Poder Judiciário local, cartórios, bancos, prefeituras, associações comerciais).
- 7) Limitação tecnológica: os dados são coletados em papel, transferidos para o computador manualmente, ampliando a possibilidade de erros e dificultando sua detecção; uso de *softwares* privados; ausência de validação dos dados.
- 8) Inexistência de suporte sociológico/antropológico para maior integração da política com os modos de vida das populações locais.
- 9) Carência de material impresso escrito e/ou autoexplicativo sobre a ação da SPU para os agentes locais. Quanto aos fatores que não dependem da ação direta da Secretaria de Patrimônio da União, ou seja, fatores externos, os mais significativos são:
 - a) baixo nível de organização comunitária;
 - b) distância entre as comunidades contempladas e a sede da SPU/PA;
 - c) oposição de atores locais;
 - d) orçamento diminuto diante da complexidade e magnitude da demanda; e
 - e) carência educacional das comunidades ribeirinhas.

2 SELEÇÃO DE COMUNIDADES ATENDIDAS

A decisão pela inclusão de determinada localidade no Projeto Nossa Várzea pode ocorrer por caminhos diversos: a partir de ações da própria SPU, ao identificar uma necessidade urgente de resolução de conflitos iminentes, como nos foi relatado pelos técnicos do órgão; por demandas pontuais, geralmente individuais, apresentadas à SPU; por meio de sindicatos e de associações que podem demandar o desenvolvimento da ação no município onde atuam. A possibilidade de a ação ser implantada por iniciativa da sociedade civil local, embora positiva, apresenta

limitações relacionadas ao deslocamento das comunidades ou das representações locais até a sede da SPU em Belém para solicitação de qualquer demanda, uma vez que as condições de transporte e comunicação são muitas vezes precárias.

No caso de demandas pontuais, apresentadas individualmente à SPU, torna-se necessário maior cautela na tomada de decisão para seu atendimento. Por meio de relatos, tanto de técnicos da SPU como de atores locais envolvidos no processo, em diferentes ocasiões, os trabalhos eram motivados por uma demanda pontual. Por não ser uma ação programada, nem todos os moradores das comunidades seriam atendidos, fato que gerou, em alguns casos, conflito entre vizinhos (com e sem Taus).

2.1 Audiências públicas e reuniões comunitárias

A inserção nas comunidades nem sempre é precedida da realização de assembleias prévias para divulgação do trabalho e abertura de diálogo para possíveis ajustes que poderiam ser necessários localmente. Conforme relatos de membros da equipe da SPU⁷ e mesmo de atores locais, as reuniões que ocorrem não são amplamente divulgadas em decorrência de diversos fatores.

Na verdade, a SPU não realiza um trabalho no sentido de executar primeiramente um levantamento acerca do número de moradores que estão em situação de moradia em áreas pertencentes à União, quanto à propriedade em que residem, por outro lado muitos moradores tem pouco conhecimento sobre o trabalho que a entidade realiza, pois um dos problemas que mais dificulta a realização desse mesmo trabalho esbarra na questão da falta de informação, algo que não é feita de maneira eficiente (Gonzaga, Lopes e Barra, 2012, p. 6).

[Quando esse pessoal do GRPU/SPU veio, eles fizeram reunião, eles explicaram essas coisas?] Não, não teve isso aqui assim, por causa que seria muito tempo, ia tomar muito tempo deles, e o tempo tava corrido por conta da política, [vo]cê tá entendendo, o tempo tava corrido por conta da política (...) chegava aqui na sua casa, a Antonia conhece toda gente aí (...) e ela tem conhecimento geral aí ela dizia *Olha seu Dilso e tal, olha [vo]cê vista uma camisa*, foi pra frente de casa, fotografou e tal, pegou os dados tudo bacana, levaram, quando veio a foto da minha casa, eu na frente e tal, meu papel, não teve fazer reunião, mas em outros momentos eles ficavam repassando isso pra gente.⁸

As audiências públicas, quando ocorrem, são realizadas em barracões comunitários, ou em sedes disponibilizadas pelos agentes locais; pessoas que detêm contato com as comunidades – representantes de sindicatos, organizações religiosas ou lideranças locais. Ao exercerem papel de mediadores entre a SPU e a comunidade local, certos atores locais responsáveis pela organização da reunião aproveitam-se de certo empoderamento, avalizado pela ligação estabelecida com

7. Conforme reunião entre equipe e técnicos da SPU com áudio registrado em 22 de maio de 2013.

8. Depoimento obtido durante o grupo focal na ilha de Sirituba.

órgão governamental, para aumentar seu prestígio social, propiciando que conflitos políticos locais pré-existentes possam aflorar em tais ocasiões, assim como pessoas contrárias ao grupo político organizador sejam excluídas do processo inicial – por não serem convocadas para a reunião ou por não serem convocadas em tempo hábil ou por deliberadamente boicotá-la.

Aí veio o trabalho pra fazer com o pessoal (...) tá fazendo uns 3 anos, 2010 por aí, na época da política, Antônia B. passou com um grupo por aí e tal, fazendo um trabalho, aí apareceu uma outra Antônia com um trabalho (...) a política é boa pra quem sabe trabalhar política, agora tem pessoas que querem viver da política e fazem uma política suja, péssima, se envergonham, tá entendendo, que é do jeito que a gente não aceita (...). Alguém queria se aproveitar, chegou até enganar o povo aí. Enganar o povo aí com a questão da Bolsa Verde, e ela que tava trabalhando com a Bolsa Verde, e o pessoal que é assim, não tem o conhecimento, mesmo a gente orientando.⁹

Durante as audiências em que a equipe do Ipea esteve presente, pode-se observar que os representantes locais fazem as apresentações iniciais, em geral, exaltando as conquistas de seu grupo político, evidenciado pela presença de um órgão governamental que será responsável pela concessão de benefícios e a regularização fundiária das comunidades que são tradicionalmente excluídas do acesso a políticas públicas. Em seguida os representantes da SPU tomam a palavra para explicitar a natureza do Projeto Nossa Várzea, destacando as diversas políticas públicas que se pode conseguir por meio do Taus em detrimento de uma explanação mais detalhada sobre a regularização fundiária em áreas sob dominialidade da União e as possibilidades de confronto com pretensos donos.

A política pública hoje que tá chegando até vocês é o Termo de Autorização de Uso, que é o documento que vai garantir a posse pra vocês (...) com esse documento vocês vão ter acesso às linhas de crédito como o Pronaf, O ProVarzea, vocês vão ter acesso ao PNHR, (...). É o Programa Nacional de Habitação Rural, são as casas do Governo Federal que são feitas após o nosso cadastro, vocês vão estar aptos a participar do PNHR (...) com esse nosso cadastro vocês vão ter acesso ao Bolsa Verde, através do nosso cadastro, vocês vão ter acesso ao CAD Único, que é o cadastro único do governo federal que é justamente que são esses cadastros que trazem pra vocês o Bolsa Verde, o Bolsa Família. (...) vocês vão poder se aposentar, vocês não ficam mais reféns do Sindicato ou de Colônias de pescadores, com esse documento da SPU que é o um documento oficial expedido pelo governo federal, o órgão representante que é o proprietário das áreas de várzea autorizando vocês a explorarem, morarem e explorarem a área com seus recursos naturais, esse documento vai dar acesso a vocês à previdência, ou seja, aposentadoria. Basta você chegar no período de aposentadoria, vocês irem no INSS com esse documento

9. Depoimento obtido durante o grupo focal na ilha de Sirituba. O relato refere-se ao processo de obtenção do Taus como condição para ser beneficiário do Bolsa Verde.

vocês se aposentam, com esse documento ainda, vocês vão ter acesso a todas as linhas de crédito do governo federal voltado para agricultura familiar, Pronaf, ProVarzea, e outras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Então, com esse documento gente, vocês vão estar garantindo o direito de morar numa área que é de propriedade do governo federal, e vocês vão ter todas essas linhas de crédito, todas esses cadastros de acesso às políticas públicas. Não é política de politicagem, e sim uma política pública do governo federal, que hoje a SPU, dirigida pelo doutor Lélío C., que é o superintendente, antes ele também foi cadastrador, ele sabe de todas as dificuldade de cada família ribeirinha, ele sabe das dificuldades daquelas famílias que não tem o documento da terra.¹⁰

O foco principal das falas evidencia a possibilidade de os comunitários contemplados pelo Taus poderem acessar linhas de crédito, empréstimos, bolsa verde, bolsa família, bolsa escola, aposentadorias, seguro maternidade, seguro desemprego (no caso de acidentes), fazer parte do programa *Minha casa minha vida rural*. Desvia-se, dessa maneira, o foco da questão central: a fundiária. Na prática de campo dos técnicos, não se apresenta o Taus como o início do processo de regularização fundiária, que poderá culminar na concessão de direito real de uso, como estabelecem os normativos do projeto.¹¹ Tampouco é divulgada a existência de outras modalidades de regularização fundiária, como o próprio Taus Coletivo.

2.2 Pré-cadastro e cadastro

Os pré-cadastros são feitos, em geral, juntamente com as reuniões ou audiências públicas com as comunidades, sendo esse o momento em que os técnicos da SPU coletam as informações básicas sobre as famílias, assim como a documentação necessária. Com base em relatos de técnicos da SPU, foi observado que os pré-cadastros teriam um prazo de validade, e isto se daria por conta das mudanças de procedimento, cuja família demandante deveria retornar com as informações básicas para dar prosseguimento a um pedido de Taus anteriormente iniciado.

Segundo informações de técnicos da SPU, ocorreram casos de interrupção no processo, resultando na não efetivação dos pré-cadastros em Termos de Autorização de Uso Sustentável. Tais situações ocorreram seja pela falta de documentação apresentada pelos comunitários nos procedimentos iniciais, seja pela inviabilização dos cadastros realizados em virtude de mudanças no processo de cadastramento.¹²

10. Trecho extraído de reunião de técnico da SPU com moradores de Mosqueiro no dia 12 de junho de 2013.

11. Portaria nº 284, de 14 de outubro de 2005, e Portaria SPU nº 100, de 3 de junho de 2009, que revogou a anterior; em 2010, a SPU editou a Portaria nº 89, que retoma o Taus como início do processo.

12. Conforme reunião gravada entre equipe e SPU em 22 de maio de 2013.

O cadastramento é concluído, em um segundo momento, na visita do técnico da SPU nas casas dos ribeirinhos, momento no qual é coletado o ponto de GPS, registrada uma fotografia da família junto à sua residência e preenchidos outros dados socioeconômicos. Esse é outro momento em que o técnico pode tirar dúvidas e prestar esclarecimentos sobre como o ribeirinho deve proceder quando está em conflito potencial com um morador vizinho, indicando que os envolvidos devem respeitar os limites e as tradições locais:

pois é o senhor tem que respeitar os limites e tradições, (...) o documento da União, não estamos cadastrando o terreno, estamos cadastrando famílias ribeirinhas, moradoras da área da União, o senhor tem que respeitar os limites e tradições existentes entre vocês, tanto é que nós não vamos medir a sua área, o senhor sabe onde começa e onde termina, isso são os chamados limites tradicionais.

Diante das situações expostas, verifica-se a necessidade de se aprofundar a divulgação das informações concernentes ao processo de regularização fundiária, com ênfase nos procedimentos e nos possíveis problemas que podem ser enfrentados pelos ribeirinhos, e das maneiras mais eficientes para sua solução, uma vez que muitas dificuldades já foram identificadas nos próprios relatórios de gestão da SPU/PA.

2.3 Questões técnicas

Para se analisar os procedimentos operacionais do Nossa Várzea, podem-se distinguir duas etapas: a fase de campo e a fase de escritório. Mediante o acompanhamento das referidas etapas, em dois dias de cadastro na ilha de Mosqueiro, e analisando o banco de dados do município de Abaetetuba, foi possível constatar alguns pontos do processo a serem considerados pela SPU, a fim de tornar mais eficiente a implementação do projeto.

Observou-se o número de técnicos que executam o trabalho de campo e a forma como os dados são coletados. O cadastramento das famílias é realizado em sua unidade de moradia. Durante o acompanhamento de coleta de dados, pôde-se verificar a seguinte dinâmica: a visita requer esforço físico por parte do técnico, o qual precisa saltar e voltar para o barco (voadeira, rabeta ou canoa a remo) várias vezes durante um dia de cadastro, percorrendo as casas, que, por característica da região, em geral, são distantes umas das outras. Outro ponto sensível do processo é o preenchimento de cada formulário e associação desse documento à devida foto e ponto geográfico. O técnico preenche o cadastro, fotografa a família, registra o ponto geográfico e anota todas as informações no formulário da família (figuras 1 e 2). Em quase todas as casas visitadas, o técnico também expõe o significado do Nossa Várzea, visto que grande parte das famílias não participou da audiência/pré-cadastro ou não compreendeu bem o projeto.

FIGURA 1
Preenchimento do formulário de cadastro



Foto: Equipe de pesquisa do Ipea.

Essa fase é desgastante física e mentalmente para ser executada por um único técnico, que acumula funções caras ao processo, situação que aumenta a probabilidade de erro. Soma-se a isso o uso do formulário de papel para o registro das informações, aumentando o tempo de visita em cada casa e dificultando a associação dos dados (dados pessoais, coordenadas e foto). O resultado é, em alguns casos, documentos impressos com dados trocados ou com ausência de informações.

As fotos das casas, vamos dizer, da casa dessa, da minha, dessa daqui, tá errado. Vamos dizer assim, o documento era dessa daqui, mas foi no meu nome (...), então o documento não é dela, é meu, só que a foto da casa, então isso na nossa ilha a maioria tão assim, quando o dono olha, fica indignado porque o documento era dele mas tá com o nome de outra pessoa. E no Tucumanduba não veio de ninguém.¹³

Passaram com a gente e fizeram o levantamento todo, aí foram lá nos barracos da gente aí bateram a foto e levaram pra imprimir o documento. O documento foi impresso, né. A fala era que a foto seria pra colocar no documento pra mostrar a residência né, que o ribeirinho reside aqui e tinha que mostrar a foto da casa dele. Quando nós recebemos o documento, não foi entregue com a foto, só veio o quadrozinho lá e

13. Depoimento de uma liderança comunitária em grupo focal em Abaetetuba.

o mapa, o espaço da foto e o mapa. Aí veio fez um levantamento aqui na área com todas as famílias, Pegou esses documentos, então a fala era que esse documento não tinha muita validade porque não tinha a foto da residência e que tinha que tirar outro documento, imprimir a foto, que depois que fosse feito, cada família que tivesse o documento ia fazer um cadastro que era pra ter direito no Bolsa Verde.¹⁴

FIGURA 2

Registro fotográfico da família

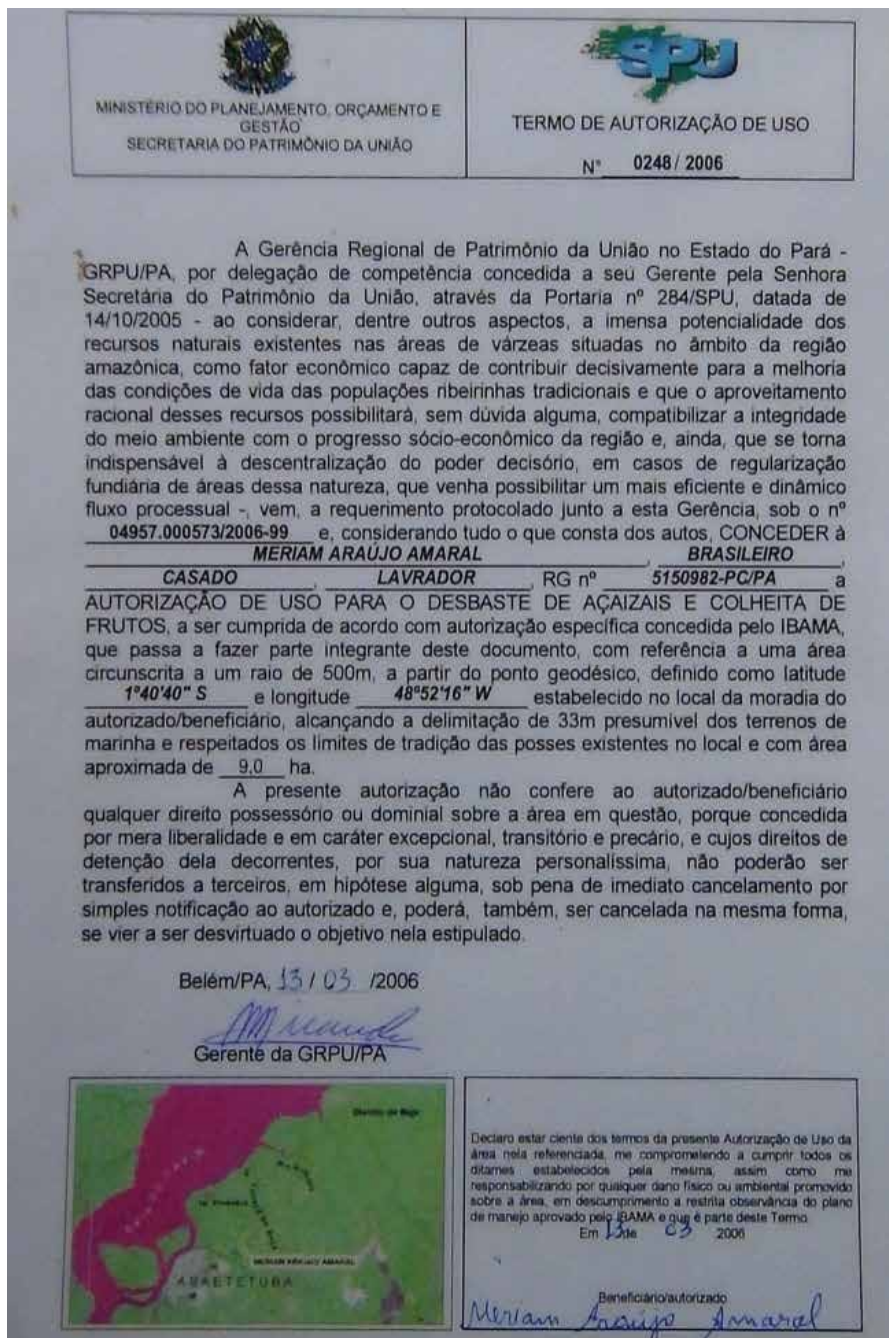
Foto: Equipe de pesquisa do Ipea.

A ocorrência de erros nas informações da família torna necessário um novo trabalho de campo na localidade, que, pela logística demandada, levará tempo até sua execução. Por consequência, estende-se mais o tempo entre o cadastro do ribeirinho e o dia do recebimento do Taus, como é a situação do segundo depoimento citado antes, em que a família recebeu o termo incompleto (sem a foto), em 2006, e com a foto apenas em 2010 (figuras 3 e 4). Neste sentido, o uso de um equipamento digital adaptado com *software* específico para a inserção dos dados pessoais, registro da coordenada e da foto, permitiria maior exatidão no registro dos dados e maior rendimento do tempo.¹⁵

14. Depoimento de um morador da Várzea 2, em Abaetetuba, em grupo focal.

15. Tem-se como exemplo o uso dos aparelhos *personal digital assistant* (PDA), no recenseamento de 2010, do IBGE, já adaptados com sistema de posicionamento global (GPS) e câmera.





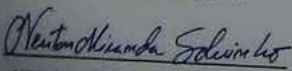
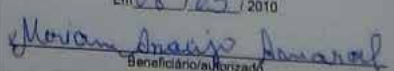
FIGURA 3
Taus recebido em 2006



Elaboração dos autores.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 4
Taus recebido em 2010 pelo mesmo beneficiário

 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARÁ	 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 21738 / 2010
<p>A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará – SPU/PA, por delegação de competência concedida a seu Superintendente pela Senhora Secretária do Patrimônio da União, através da Portaria nº 173/SPU, de 31/08/2009 e nos termos da Portaria nº 100/SPU-MPOG, datada de 03/06/2009 - ao considerar, dentre outros aspectos, a imensa potencialidade dos recursos naturais existentes nas áreas de várzeas situadas no âmbito da Região Amazônica, como fator econômico capaz de contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas tradicionais e que o aproveitamento racional desses recursos possibilitará, sem dúvida alguma, compatibilizar a integridade do meio ambiente com o progresso sócio-econômico da região e, ainda, que se torna indispensável a descentralização do poder decisório em casos de regularização fundiária de áreas dessa natureza, que venha possibilitar um mais eficiente e dinâmico fluxo processual, vem, a requerimento protocolado junto a esta Superintendência, sob o nº 04957.005675/2010-87 e considerando tudo o que consta dos autos, CONCEDER a</p> <p><u>MERIAN ARAUJO AMARAL</u>, nacionalidade: <u>BRASILEIRA</u>, <u>CASADA</u>, profissão: <u>AGROEXTRATIVISTA</u>, RG nº <u>5150982 - SSP/PA</u> e CPF nº <u>823.736.472-49</u> a AUTORIZAÇÃO DE USO PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES AGROEXTRATIVISTAS DE FORMA SUSTENTÁVEL, a ser cumprida de acordo com autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente, que passa a fazer parte integrante deste documento, com referência a uma área localizada no <u>RIO TAUERAZINHO - IGARAPÉ PINDOBAL</u>, Município de <u>ABAETETUBA</u>, neste Estado, circunscrita a um raio de até 500m a partir do ponto geodésico, definido como Latitude (S) <u>01°40'40,0"</u> e Longitude (W) <u>48°52'16,0"</u> estabelecido no local da moradia do autorizado/beneficiário, alcançando a delimitação de 33 m presumível dos terrenos de marinha, respeitados os limites de tradição das posses existentes no local.</p> <p>A presente autorização não confere ao autorizado/beneficiário qualquer direito possessório ou dominial sobre a área em questão, porque concedida por mera liberalidade e em caráter excepcional, transitório e precário, e cujos direitos de detenção dela decorrentes, por sua natureza personalíssima, não poderão ser transferidos a terceiros, em hipótese alguma, sob pena de imediato cancelamento por simples notificação ao autorizado, e poderá também, ser cancelada da mesma forma, se desvirtuado o objetivo nela estipulado.</p>	
 BAÍA DO CAPIM IGARAPÉ PINDOBAL MERIAN ARAUJO AMARAL	
Belém/PA, 08/Janeiro/2010  NEUTON MIRANDA SOBRINHO	Declaro estar ciente dos termos da presente Autorização de Uso da área nela referenciada, me comprometendo a cumprir todos os ditames estabelecidos pela mesma, assim como, me responsabilizando por qualquer dano físico ou ambiental promovido sobre a área, em descumprimento a autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente que é parte integrante deste Termo. Em <u>08/03/2010</u>  Beneficiário/autorizado

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em seguida ao trabalho de cadastros, inicia-se a fase de escritório, na qual o técnico precisa digitar todas as informações coletadas em campo no programa de banco de dados e, em seguida, alimentar manualmente o Sistema Integrado de Informações Patrimoniais (Siapa). A digitação no banco de dados é efetuada pelo técnico sempre ao finalizar um dia de campo, para não acumular com os cadastros que serão feitos no dia seguinte. Como descrito, o trabalho de campo é exaustivo, ampliando a possibilidade de erros de digitação. Retoma-se, portanto, a importância do uso de dispositivos móveis no qual os dados possam ser inseridos ainda em campo e, em seguida, transmitidos para um computador, eliminando-se o retrabalho da digitação para duas bases de dados distintas e não integradas.

Outro ponto observado é a estruturação do banco de dados, cuja organização se dá por município. Cada pasta de município contém arquivos divididos em sua maioria pelas definições: casados, solteiros e arquivos com numeração de Taus, como observado no banco de dados de Abaetetuba.¹⁶ Os arquivos são gerados ao final de cada dia de campo e contêm os dados pessoais dos ribeirinhos, a foto e as coordenadas geográficas referentes à residência. Verificaram-se problemas, como a falta de padronização na nomenclatura; e arquivos que não pertencem ao banco de dados, por exemplo: relatórios misturados com arquivos de banco de dados, arquivos de Taus descritos como pendentes, pasta de municípios que não contém nenhum arquivo de Taus, arquivos contendo Taus coletivos sem a devida especificação, arquivos corrompidos.

Com base na análise realizada pela equipe do IpeaMapas sobre o banco de dados do Projeto Nossa Várzea,¹⁷ constataram-se inconsistências de informações a respeito do número de famílias beneficiárias. A quantidade de Taus emitidos nos arquivos constantes no banco de dados foi de 5.609, divergindo da informação de 6.556 documentos fornecida pela SPU em planilha de abril de 2013.¹⁸ Dos 5.609, apenas 5.301 Taus localizam-se de fato do município de Abaetetuba, os demais pontos correspondem a outros municípios,¹⁹ situação que pode ser atribuída a duas causas: erro no registro dos pontos geodésicos e inclusão de famílias de municípios contíguos.

No caso de municípios contíguos, como Abaetetuba e Igarapé-Miri, é importante considerar que a territorialização do ribeirão se configura pelo rio e suas margens, não necessariamente obedecendo aos limites político-administrativos municipais. A demanda pela regularização fundiária encontra-se em uma margem e outra do rio e deve ser atendida. Entretanto, é importante que o técnico faça

16. Ver relatório territorial de Belém e de Abaetetuba: apêndice – relatório sobre banco de dados de Abaetetuba (Ipea, 2015a).

17. Ver Ipea (2015a).

18. Ver Ipea (2015a, anexo C).

19. Ver Ipea (2015a, mapa A.1).

a diferenciação municipal no cadastro ao tomar conhecimento quando se trata de um rio divisor, a título de organização do banco de dados e evitando que os documentos sejam impressos com o nome do outro município. É importante ressaltar que a localização geográfica da casa no documento é um dos principais atributos dos Termos de Autorização, propagado com ênfase nas audiências públicas e cadastros pela SPU.

Hoje, através desse documento da SPU, qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo vai ter acesso à casa de vocês, ao endereço de vocês, é por isso que eu digo que é o mais preciso dos documentos de comprovante de residência é esse.²⁰

Nas situações verificadas, em que os pontos de Taus ao serem espacializados no mapa correspondem a municípios mais distantes, além de confirmar os riscos de erros inerentes ao atual procedimento de operacionalização do Nossa Várzea tratados antes, evidencia-se também a falta de validação dos dados lançados no banco de dados. Isto é, não há uma certificação da integridade dos dados inseridos. No caso das coordenadas geográficas, um erro numérico pode alterar drasticamente a localização da família beneficiária descrita no Taus.

Outra característica do trabalho de campo evidenciada pela SPU é a parceria com atores locais nos municípios para garantia de suporte logístico. A secretaria faz contato com órgãos municipais e organizações sociais locais para viabilizarem a locomoção.

É comum nesse tipo de trabalho a falta de verba para divulgação do projeto, combustível para os deslocamentos (automóveis, barcos ou voadeiras) etc. Para que isso não se torne um limitador da regularização fundiária nas áreas de atuação, buscaram-se parcerias com as lideranças, cooperativas, prefeituras e qualquer órgão que possa contribuir para o trabalho.²¹

A articulação entre diversos atores sociais é um aspecto positivo para a execução do projeto, pois favorece a mobilização local e dá visibilidade à política de regularização fundiária nas áreas da União, embora alguns atores sociais não tenham de fato interesse no assunto ou até resguardem interesses contrários. Entretanto, considerando-se a relevância do Projeto Nossa Várzea como política do governo federal, cujo foco é a afirmação da função socioambiental do patrimônio da União, algo historicamente marginalizado, é imprescindível a configuração de um orçamento destinado à sua execução compatível com a demanda a ser atendida e com as dificuldades logísticas da região. Sem este orçamento, a execução do projeto torna-se “refém” da disponibilidade, do interesse e do financiamento dos demais órgãos públicos ou organizações civis, comprometendo a própria autonomia da SPU.

20. Discurso de um técnico da SPU em comunidade ribeirinha de Mosqueiro, em 12 de junho de 2013.

21. Relatório da 1ª Oficina de Capacitação do Nossa Várzea (2009). Disponível em: <<http://migre.me/sja5q>>.